

GUIA ORIENTA INSTITUIÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE CIBERSEGURANÇA

Documento traz diretrizes que servem de orientação e faz parte da nossa estratégia de auxiliar os associados em temas relacionados à inovação digital

Malware, spyware, pharming, phishing, ransomware. Esses nomes estranhos para a maioria das pessoas são velhos conhecidos daqueles que trabalham nas áreas de Compliance, Segurança da Informação e Risco. Assim são chamados alguns dos métodos mais utilizados pelos hackers para ataques cibernéticos.

"O assunto segurança cibernética não é novo para os profissionais de tecnologia, mas é recente a preocupação dos reguladores e autorreguladores dos mercados financeiro e de capitais com relação a riscos cibernéticos", conta Ricardo Döllinger, membro do nosso Conselho de Ética e presidente do Comitê de Compliance. Ao redor do mundo, a discussão começou a esquentar no mercado financeiro com a publicação de pesquisa sobre o tema feita pela Iosco (Organização Internacional das Comissões de Valores) e pela WFE (Federação Mundial de Bolsas), mas se intensificou em 2014, após o registro de ataque ao JP Morgan com o comprometimento de 83 milhões de contas. "As instituições financeiras são alvos atraentes pela alta criticidade das informações que detêm e pelo alto volume financeiro que movimentam", afirma o executivo.

Essa foi nossa motivação para a construção e o lançamento do Guia de Cibersegurança, publicado neste mês de agosto. "Os assuntos relacionados à inovação digital estão cada vez mais presentes nos nossos mercados com a chegada das fintechs, a expansão dos serviços de robot advisors e a maior

Para **RICARDO DÖLLINGER**, presidente do Comitê de Compliance, o guia traz um check-list do que é mais recomendável no mercado



Crédito: Mario Bock

frequência de ataques cibernéticos, entre outros. Por isso, este é um dos temas norteadores do nosso planejamento estratégico. São assuntos que merecem atenção especial da diretoria e não poderia ser diferente: a inovação digital está na nossa agenda por conta da relevância que tem para o futuro dos nossos mercados", afirma José Carlos Doherty, nosso superintendente-geral.

O objetivo do guia é auxiliar as instituições do mercado, consolidando práticas e procedimentos para desenvolvimento e implementação de uma política de segurança cibernética em qualquer tipo de instituição: desde uma asset pequena até empresas com grandes operações. >>

FIQUE POR DENTRO DO GUIA

Confira alguns temas tratados no documento:

- Avaliação de riscos (risk assessment)
- Componentes de um programa de segurança cibernética
- Elementos de um programa de segurança efetivo
- Governança
- Controle e conscientização dos usuários
- Controles tecnológicos
- Controles físicos
- Plano de resposta a incidentes
- Processo de investigação
- Diálogo com partes externas
- Prevenção dos ataques internos
- Acesso à informação
- Divulgação do programa de segurança cibernética

GUIA DE CIBERSEGURANÇA



Parte do processo de criação do guia foi uma **MESA-REDONDA**, em junho, com profissionais de instituições associadas

O guia traz uma visão de quão alinhada a instituição está com os requisitos necessários para atuar de maneira efetiva na área de segurança cibernética

— ANDERSON MOTA,
ESPECIALISTA EM CYBERSECURITY DO CITIBANK

"O documento oferece uma linha mestra para as instituições se guiarem em suas políticas. É um check-list do que é mais recomendável no mercado", explica Döllinger. Nele, estão detalhados os passos para um programa de segurança cibernética efetivo, que vão desde a avaliação de riscos (conhecida como risk assessment), passando por definição das responsabilidades dos profissionais envolvidos, manutenção de controles tecnológicos e físicos, elaboração de plano de resposta a incidentes, diálogo com empresas terceiras, até disseminação do programa para os colaboradores. Na visão de Döllinger, o comprometimento da alta administração é essencial para o sucesso da iniciativa. "Os executivos são disseminadores de informações e esse processo de conscientização dos colaboradores tem que fazer parte da cultura da empresa", explica.

Os responsáveis pela elaboração do documento foram os profissionais de mercado. O ponto de partida foram as políticas de segurança da informação das instituições participantes dos nossos códigos de autorregulação. Este material permitiu a elabo-

ração, pela nossa área de Supervisão de Mercados, de uma versão preliminar considerando a seleção das melhores práticas identificadas nas políticas. A partir daí, o debate passou a ser em fórum criado especificamente para o tema: o Grupo de Trabalho Guia de Cibersegurança, ligado ao Comitê de Compliance, coordenado por Döllinger, que é também presidente do comitê. Posteriormente, reunimos, em mesa-redonda ao final de junho, profissionais de instituições associadas das áreas de Compliance e de Segurança da Informação para colher sugestões e aprimorar o documento.

"A mesa trouxe visões de diferentes instituições, de tamanhos e perfis variados", afirma Anderson Mota, da área de Cyber Intelligence do Citibank, um dos participantes do encontro.

Muitas áreas são envolvidas no processo de segurança cibernética e o guia traz coerência a essa implementação

— GUSTAVO KRUEL, SÓCIO RESPONSÁVEL
POR TECNOLOGIA DA DYNAMO

Gustavo Krue, da Dynamo, chama atenção para a preocupação dos participantes de que o documento trouxesse diretrizes amplas e não detalhasse procedimentos específicos. "O guia é uma referência de tudo que todas as áreas de uma instituição devem olhar, não apenas a área de Tecnologia", afirma.

A discussão sobre cibersegurança está no começo. Trabalharemos na disseminação contínua de informações sobre o tema e nas atualizações no documento de acordo com as mudanças tecnológicas e as tendências dos ataques. Internacionalmente, conduzimos discussões sobre cibersegurança no AMCC (Comitê Consultivo de Membros Afiados) da Iosco com outras entidades reguladoras e autorreguladoras. "Cibersegurança é um assunto atual, e nosso trabalho será contínuo. Nosso intuito é compartilhar e disseminar informações que possam ajudar os associados em suas instituições", afirma Doherty.



Segundo **JOSÉ CARLOS DOHERTY**, nosso superintendente-geral, cibersegurança é um assunto atual e nosso trabalho continuará para compartilhar e disseminar informações às instituições

DIRETORIA COMANDA FRENTES DE TRABALHO NAS ÁREAS TRIBUTÁRIA E PREVIDENCIÁRIA

O objetivo dos grupos é propor ações de curto, médio e longo prazos que contribuam para o aprimoramento da regulação ou para o nosso direcionamento estratégico sobre os temas

Desde que assumiu, em maio, a nossa diretoria criou duas frentes de trabalho para tratar de temas específicos: tributação e previdência. Os assuntos foram escolhidos em razão da importância que têm para os mercados financeiro e de capitais e são conduzidos diretamente por nossos diretores e vice-presidentes, ao lado das lideranças dos comitês.

O objetivo é propor ações de curto, médio e longo prazos que enderecem pontos relacionados à tributação e à previdência, sejam sugestões de aprimoramento da regulação ou propostas de direcionamento estratégico para o tema. "São assuntos de extrema relevância para nossos mercados, para os quais queremos estar presentes e apresentar propostas", afirma o nosso presidente Robert van Dijk.



São assuntos de extrema relevância para nossos mercados, para os quais queremos estar presentes e apresentar propostas

— ROBERT VAN DIJK, NOSSO PRESIDENTE

A frente tributária é formada por dez membros da diretoria e líderes dos comitês de Assuntos de Tesouraria, Produtos de Tesouraria, Mercado, Fundos de Renda Fixa & Multimercado, Produtos Financeiros Imobiliários, FIDC (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), Varejo e Assuntos Fiscais e Contábeis. No curtíssimo prazo, estamos acompanhando o programa de regularização de recursos e mantendo interações com as autoridades sobre a lei que permite a legalização de ativos não declarados no exterior.

No curto prazo, a frente se concentra em iniciativas capazes de estimular o financiamento de longo prazo. Ou seja, que tipo de mudança tributária pode, sem criar distorções, incentivar emissores e/ou investidores a viabilizar o tão necessário investimento de longo prazo, especialmente na área de infraestrutura. "Esta discussão é urgente para o país. Paralelamente, vamos trabalhar em uma proposta mais ampla, de uma reformulação da tributação do setor como um todo, visando a

simplificação e a eliminação das assimetrias", explica Robert.

A frente previdenciária também envolve dez de nossos diretores e vice-presidentes. O foco são os regimes complementares e próprios de previdência. As propostas devem abranger um conjunto de iniciativas que vise o aprimoramento da gestão, a qualificação dos profissionais, além de ações de convergência regulatória, sempre reforçando o papel da previdência complementar no mercado de capitais e buscando o alinhamento com as práticas internacionais. Neste momento, o grupo trabalha na consolidação dos principais direcionamentos sobre estes aspectos. Em paralelo, a frente constituiu um grupo de trabalho para estudar os RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social), dadas as características específicas deste tipo de regime.

INSTITUIÇÕES APROVAM UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE SUPERVISÃO DE MERCADOS

SSM completou um ano em maio e foi avaliado positivamente por 93% dos usuários

O SSM (Sistema de Supervisão de Mercados) completou um ano de operação com ampla aceitação de seus usuários. Em pesquisa realizada em junho, 93% dos entrevistados avaliaram positivamente o sistema que auxilia na comunicação de nossa equipe com as instituições para cumprimento das regras de autorregulação. Eles reconheceram a praticidade, a facilidade e a segurança oferecidas pela plataforma.

"O objetivo com essa pesquisa foi entender a percepção das instituições e identificar, junto aos usuários, como podemos aprimorar o sistema", conta Guilherme Benaderet, nosso superintendente de Supervisão de Mercados.

As perguntas foram respondidas por representantes de 107 instituições que avaliaram o sistema em três conjuntos de questões. O primeiro dizia respeito às funcionalidades de cada módulo e à interface. Nesse quesito, o SSM foi bem avaliado por 77% das pessoas que participaram da pesquisa.

No segundo conjunto de perguntas, 92% dos usuários disseram que a utilização do sistema eletrônico facilitou a troca

de informação, o controle das pendências e a segurança do processo de supervisão.

"Facilitar a comunicação e auxiliar o controle das instituições eram nossos principais objetivos quando iniciamos esse projeto", diz Benaderet. "Estamos muito felizes por tê-los atingidos".

A pesquisa também buscou entender a percepção dos usuários em relação ao novo método de adesão aos nossos códigos, que agora também é feito pelo SSM. Em uma escala de 1 a 5, os participantes avaliaram em 4,27 a facilidade para envio dos documentos e em 4,11 a agilidade para realização do pedido de adesão.

Quem participou da pesquisa ainda pôde fazer comentários, sugestões ou críticas referentes ao uso do SSM. "Esse feedback foi muito importante, pois nos deu uma visão bem clara das reais necessidades das instituições", afirma o superintendente. "Todas as sugestões serão analisadas", diz. Entre as sugestões recebidas estão melhorias no uso das ferramentas já existentes, pedidos de novas opções de suporte e de aperfeiçoamento do sistema de notificação por e-mail.

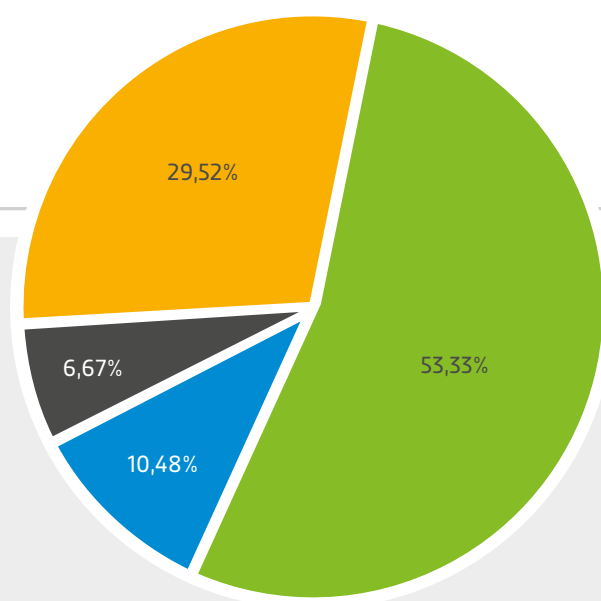
O objetivo foi entender a percepção das instituições e identificar, junto aos usuários, como podemos aprimorar o sistema

— GUILHERME BENADERET, SUPERINTENDENTE DE SUPERVISÃO DE MERCADOS



- Muito bom
- Bom
- Excelente
- Médio

Quase a totalidade dos participantes da pesquisa avaliaram bem o sistema



AUTORIDADES JÁ CONFIRMARAM PRESENÇA NA CONFERÊNCIA ANBIMA CETIP DE RENDA FIXA

Leonardo Pereira, Reinaldo Le Grazie e Selmo Aronovich estarão no evento, que acontece no dia 20 de setembro, em São Paulo



Crédito: Leandro Viola



Crédito: Danilo Quadros

SELMO ARONOVICH, superintendente da área financeira do BNDES, participará da discussão sobre financiamento de longo prazo



Crédito: Ricardo Rolio

LEONARDO PEREIRA (à esquerda), presidente da CVM, e **REINALDO LE GRAZIE** (à direita), diretor de Política Monetária do Banco Central, estarão no painel de abertura

Diversas autoridades já confirmaram presença na Conferência ANBIMA Cetip de Renda Fixa, que acontece em 20 de setembro, em São Paulo. O evento será prestigiado por representantes da CVM, do Banco Central e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), entre outros.

O presidente da CVM, Leonardo Pereira, tem presença confirmada na cerimônia de abertura da conferência, ao lado de Reinaldo Le Grazie, diretor de Política Monetária do Banco Central. As boas-vindas a todos os participantes serão dadas pelos presidentes das duas entidades anfitriãs: Gilson Finkelsztain, da Cetip, e Robert van Dijk, da ANBIMA.

O superintendente da área financeira do BNDES, Selmo Aronovich, também já confirmou presença. Ele participará da mesa-redonda que discutirá financiamento de longo prazo e a

utilização do mercado como solução para os desafios de funding das empresas. O debate contará ainda com José Eduardo Lalon, nosso diretor e vice-presidente executivo do Banco ABC Brasil; Cristiano Cury, sócio do BTG Pactual; e Marcelo Guidotti, diretor-executivo de Finanças da EcoRodovias.

A Conferência ANBIMA Cetip de Renda Fixa acontece no dia 20 de setembro, em São Paulo. O evento – que é o maior encontro do setor no país – reunirá palestrantes renomados para discutir a influência dos cenários político e econômico sobre o mercado; o financiamento de longo prazo; a distribuição de produtos; e a inovação disruptiva.

As inscrições estão abertas e podem ser realizadas no site do evento. Colaboradores de instituições associadas e profissionais certificados CFP têm desconto na inscrição.

CONFERÊNCIA ANBIMA CETIP DE RENDA FIXA

Data
20 de setembro de 2016

Local
Teatro Cetip (Instituto Tomie Ohtake)

Programação e inscrições
www.conferenciaderendafixa.com.br

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Painel I: Cenário político – expectativas para a economia e para o mercado

Painel II: Financiamento privado de longo prazo – o mercado como solução para os desafios de funding das empresas

Painel III: A distribuição como atividade chave para o desenvolvimento da renda fixa

Painel IV: Inovação disruptiva e mudanças estruturais

MACROECONÔMICO: DIVULGAÇÃO DE ANÁLISES E PROJEÇÕES PARA AUXILIAR O MERCADO



MARCELO CARVALHO,
presidente do comitê

A cada sexta-feira que antecede a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), responsável por definir a meta para a taxa Selic, os economistas que integram o nosso Comitê de Acompanhamento Macroeconômico se reúnem. Eles discorrem sobre o cenário local e internacional, bem como traçam projeções para as principais variáveis macroeconômicas. Segundo Marcelo Carvalho, presidente do grupo, essas análises servem como mais um parâmetro a ser considerado pelas instituições nas suas avaliações.

CONHEÇA MAIS SOBRE O COMITÊ NA ENTREVISTA COM CARVALHO.

Qual é o objetivo do comitê?

É o fórum que conduz o debate macroeconômico na Associação e sinaliza, por meio das projeções dos economistas participantes, as expectativas em relação às principais variáveis econômicas, apontando os riscos e as perspectivas que justificam as trajetórias indicadas. Outra função do comitê é promover a interlocução do mercado com especialistas e representantes do governo sobre a política macroeconômica. Para isso são realizadas reuniões extraordinárias, nas quais se busca estabelecer uma troca de informações, experiências, críticas e sugestões sobre os temas em pauta.

Como são feitas as projeções?

Nos dias anteriores à reunião, os integrantes do grupo enviam à gerência de Estudos Econômicos, que dá suporte ao comitê, as suas projeções para cada um dos indicadores. A mediana dos cenários individuais, que servem como base para a discussão nas nossas reuniões, reflete, de modo geral, a percepção do grupo quanto à trajetória da economia para médio e longo prazos. Em relação às projeções de inflação, coletamos as variações estimadas para o mês corrente e para o próximo ao longo do dia em que a FGV divulga o IGP-M. No caso do IPCA, coletamos as previsões nos dias de divulgação pelo IBGE. Após esse processo, ao final da tarde, divulgamos para o mercado as médias apuradas.

Como a discussão e as projeções feitas pelo comitê auxiliam os profissionais do mercado?

Nossa expectativa é que as projeções e análises ajudem os associados, principalmente aqueles que não dispõem de áreas econômicas específicas, a balizarem suas próprias estimativas.

No caso das projeções de inflação de curto prazo, contudo, a contribuição é mais direta. As projeções do IGP-M e IPCA ajudam os associados a precificar os negócios com ativos indexados a esses índices de preços. Vale destacar, ainda, a recente adoção pela BM&FBOvespa da projeção do IPCA como referência dos contratos futuros de cupom de IPCA.

Estamos em meio a um cenário político-econômico incerto. Como essa conjuntura influencia o trabalho do comitê?

Os períodos caracterizados por elevada incerteza exigem que os economistas trabalhem com maior diversidade de cenários, partindo de premissas que contemplem as alternativas que pareçam as mais factíveis.

PROJEÇÕES

IGP-M	São divulgadas três projeções. No dia da divulgação do índice fechado do mês pela FGV são disponibilizadas as projeções para o mês seguinte e para o posterior. No dia da divulgação das prévias do IGP-M disponibilizamos as projeções para os meses corrente e para o próximo.
IPCA	São divulgadas duas projeções por mês: no dia de divulgação do IPCA fechado e do IPCA-15 pelo IBGE. As projeções são para o mês corrente e para o próximo.

Cadastre-se para receber as projeções: www.anbima.com.br/publicacoes

RELATÓRIO ECONÔMICO

Confira as projeções do Comitê de Acompanhamento Macroeconômico: <http://goo.gl/00uEkf>

Se quiser receber a publicação, basta se cadastrar: www.anbima.com.br/publicacoes

CONHEÇA O COMITÊ

PRESIDENTE: Marcelo Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Fernando Honorato

DIRETOR DE LIGAÇÃO: Luiz Fernando Figueiredo

VEJA TODAS AS INFORMAÇÕES SOBRE O COMITÊ: <http://goo.gl/7sX9zl>

RADAR ANBIMA CONSOLIDA PRINCIPAIS DISCUSSÕES REGULATÓRIAS INTERNACIONAIS

Publicação detalha, trimestralmente, debates e mudanças nas regulações dos mercados financeiro e de capitais globais



Com o Radar, buscamos apresentar alguns dos principais temas na pauta das autoridades internacionais

— PATRÍCIA MENANDRO, GERENTE DE ESTUDOS REGULATÓRIOS

A regulação internacional dos mercados financeiro e de capitais pode ser acompanhada pelo Radar ANBIMA. A publicação trimestral detalha as principais discussões e mudanças nas regras internacionais e seus impactos sobre o mercado local.

"Com o Radar ANBIMA, buscamos apresentar alguns dos principais temas na pauta das autoridades internacionais", explica Patrícia Menandro, nossa gerente de Estudos Regulatórios. "Além de informar nosso associado, essa avaliação serve como uma forma de anteciparmos diversas discussões".

A publicação, que já tem 18 edições, é enviada trimestralmente para todos que se cadastraram gratuitamente para o recebimento.

A proposta é analisar as mudanças regulatórias internacionais com uma perspectiva nacional. Por este motivo, a pauta da publicação é determinada com base na relevância dos temas para discussões em curso no país e, mais especificamente, na Associação.

O trabalho é desenvolvido a partir do acompanhamento constante das divulgações de organismos multilaterais, como o Comitê da Basileia, reguladores nacionais, como a SEC (Comissão de Valores Mobiliários, dos EUA), ou regionais, como a ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados). Os assuntos são classificados de acordo com cinco áreas gerais: instituições financeiras; mercados secundários; fundos de investimento; distribuição; finanças corporativas e outros (que inclui temas diversos, como Fatca).

O Radar ANBIMA está disponível para leitura gratuita em nosso portal, dentro da seção "Informações Técnicas". Também é possível receber as edições por e-mail. Para isso, basta cadastrar-se gratuitamente em www.anbima.com.br/publicacoes.

RADAR ANBIMA

Periodicidade: trimestral

Edições: janeiro, abril, julho, outubro

Recebimento: gratuito, mediante inscrição



Publicação mensal com as principais notícias institucionais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

www.anbima.com.br

Redação: Lucas Lucena e Paula Diniz

Edição: Marneide Marques

Projeto gráfico: Atelier Carta Comunicação e Projetos Especiais

Rio de Janeiro: Av. República do Chile, 230 – 13º andar – CEP 20031-170 – Tel: + 21 3814 3800
São Paulo: Av. das Nações Unidas, 8501 – 21º andar – CEP 05425-070 – Tel: + 11 3471 4200

Presidente: Robert van Dijk

Vice-Presidentes: Carlos Ambrósio, Flávio Souza, José Olympio Pereira, Márcio Hamilton, Pedro Lorenzini, Sérgio Cutolo, Valdecyr Gomes e Vinícius Albernaz

Diretores: Alenir Romanello, Celso Scaramuzza, Felipe Campos, Fernando Rabello, José Eduardo Laloni, Luiz Chrysostomo, Luiz Fernando Figueiredo, Luiz Sorge, Renato Oliva, Richard Ziliotto, Saša Markus e Vital Menezes

Conselho de Ética: Luiz Masagão Ribeiro (presidente) e Lywal Salles Filho (vice-presidente)

Comitê Executivo: José Carlos Doherty, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculanio, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino



Prêmio ANBIMA de Mercado de Capitais

Inscriva seu projeto de dissertação ou tese dos
cursos de Economia, Administração e Direito



Os melhores receberão:

R\$ **34 mil**
(doutorado)

R\$ **17 mil**
(mestrado)



inscrições até
31
de outubro



Mais informações:
www.anbima.com.br/premioMC
Iniciativa em parceria com o IEPE/Casa das Garças



ANBIMA